

“Portugal é hoje um país que não trata bem as

Os números são dramáticos. Um quarto das crianças portuguesas encontra-se em risco de pobreza. Segundo dados ontem divulgados pelo INE, as crianças foram as mais afetadas, sendo que a intensidade da pobreza para este grupo aumentou 6,2 pontos percentuais em 2012. Esta é uma realidade sobre a qual importa refletir, o que fizemos em con-

As crianças são, no contexto de crise em que o país vive, as primeiras a ser afetadas?

As crianças, porque são dependentes, porque não têm autonomia, são, de facto, mais vulneráveis a situações de precariedade, de exclusão ou de pobreza. E essa circunstância agrava-se sempre em tempos de maior crise.

Pobreza que lhes condiciona o presente, mas, quase sempre, também o futuro?

Todos temos a noção de que uma infância difícil é qualquer coisa que vai ter um reflexo pela vida futura. Se tivermos que tomar opções e estabelecer prioridades, uma delas terá de ser a de atuar sobre as situações de pobreza das crianças, porque sabemos que os efeitos que se prologam durante toda a vida são muito fortes.

A pobreza e o que ela implica para as crianças, no futuro, não é uma coisa que possa corrigir-se depois?

Não, não é. Todos sabemos que é difícil essa intervenção tardia. São as dificuldades em geral, nós identificamos quase sempre a pobreza com falta de recursos, mas a pobreza no quotidiano das crianças tem a ver com muitas coisas e marca muito decisivamente as suas vidas. As crianças são a geração futura e nós temos, qualquer geração tem de se preocupar com quem vem depois. Isso confere-nos uma obrigação especial.

Esse é, aliás, tema que tem tido a atenção de organismos nacionais e internacionais?

As organizações internacionais assumiram a questão há muito tempo, estão estabelecidos uma série de princípios, a União Europeia tem produzido documentos vários, Portugal também. E houve avanços incríveis, em Portugal, rela-



Pedro Hespanha: “Nós temos territórios, bairros, que são muito marcados pela pobreza. E é preciso atuar à escala do território”

tivamente à infância – por exemplo, no trabalho infantil, que não está erradicado, mas onde aconteceu um progresso enorme –, com organizações como o Instituto de Apoio à Criança, com muita campanha, muita ação no terreno. Na questão da violência sobre as crianças, o outro lado do problema, também temos instituições, a nível concelhio até, com as comissões de proteção de crianças e jovens em risco, com uma disseminação por todo o território, com um processo rigoroso. São avanços incríveis. Mas há o resto.

Nesta altura, em que os números da pobreza infantil são alarmantes, é necessária uma intervenção especial?

Sim. É que, de facto, a mobilização não está a ser feita para essa área. O desemprego, um dos fatores que mais contribui para a pobreza da família, logo das crianças, é elevadíssimo. Os números dão-nos alguma informação: nas famílias numerosas

as taxas de pobreza chegam aos 40 por cento.

Pobreza, neste caso a atingir famílias numerosas, num país que está a perder população a um nível dramático?

Sim, exatamente. O país envelhece e perde população a um nível extraordinariamente preocupante. E a diminuição da natalidade permitiria, à primeira vista, dar respostas melhores às crianças que temos.

O que não está a acontecer?

Não está a acontecer de forma nenhuma. As taxas de pobreza não mentem, podem discutir-se alguns critérios, mas não andam muito afastadas da realidade, e dizem-nos que as famílias numerosas e monoparentais são as mais atingidas. E os números apontam para cerca de um terço. E um terço é uma enormidade.

Portugal é hoje um país com poucas crianças e que não as trata bem?

Portugal é hoje um país

que não trata bem as suas crianças. Temos problemas de organização, de base. Depois, outro problema tem a ver já com a crise, com as políticas de austeridade, os cortes, as restrições, que in-

cidem sobre muita coisa, mas também diretamente sobre as crianças. Falamos dos abonos de família, que nunca foram altos, mas que tiveram cortes drásticos, à volta dos 30 por cento, temos problemas nas creches e jardins de infância – campo em que o país até estava bastante bem, onde tinha dado um salto enorme desde a entrada na União Europeia –, com o aumento do número de vagas, mantendo as condições, o que acontece também nas escolas.

Isto traduz-se em condições piores para as crianças?

Muito piores. Crianças com necessidades de ensino especial que não o têm, apoios pedagógicos e condições das próprias instituições que não são as melhores.

E a pobreza infantil não é só a pobreza material básica?

O conceito de pobreza é hoje muito mais lato. Inclusivamente temos hoje um aperfeiçoamento nas esta-

tísticas, que já não vão só ao rendimento das famílias baseado nas suas necessidades materiais, mas também nas suas necessidades imateriais, o acesso a um conjunto de bens considerados fundamentais. Portanto, a pobreza e a exclusão hoje mede-se também por esse ponto de vista, a das necessidades não satisfeitas. Com as famílias com filhos a terem uma taxa muito elevada de necessidades não satisfeitas.

Vivemos, portanto, um quadro dramático?

A situação é dramática. De facto dramática. Depois, neste momento, as políticas do Governo nesta área estão todas viradas para as situações de emergência e esquecem tudo o resto. Há o programa de emergência social e, aqui, onde se tem investido mais é nas cantinas sociais, não apenas para as crianças, mas também para elas.

Ou seja, por um lado, criam-se condições materiais para as crianças terem fome em casa, por outro, abrem-se as cantinas escolares nos períodos de férias para as crianças irem comer à escola?

Exato. Há aqui um enorme contra senso. E também não há articulação entre as várias políticas, porque, por exemplo, quem tiver acesso às cantinas sociais já não pode recorrer ao Banco Alimentar. Há uma desconiança sistemática relativamente aos pobres e às famílias pobres.

Parte-se do princípio que os pobres querem sempre alguma coisa que não é deles?

E, por isso, faz-se sempre um escrutínio muito apertado. Uma outra alteração que tem vindo a agravar o acesso a estas prestações ou ajudas, são os critérios de elegibilidade: a legislação é hoje muito mais apertada,

DB-Carlos Jorge Monteiro

b. i.

► **Sociólogo, Pedro Hespanha é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (UC) e membro fundador do Centro de Estudos Sociais (CES)**

► **Tem desenvolvido investigação e publicado nas áreas dos estudos rurais, políticas sociais, sociologia da medicina, pobreza e exclusão social**

► **Coordena o Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (ECOSOL/CES)**

suas crianças”

ais afetadas pelo aumento da pobreza ou exclusão social, conversa com o sociólogo e investigador Pedro Hespanha

há uma série de elementos novos que dificultam muito mais esse acesso, em casos como o RSI, com uma quebra brutal, até com critérios indiciários da riqueza, que é sempre uma coisa muito nublosa. Estas medidas têm um outro problema. Para serem rigorosas, elas devem ser acompanhadas, terem levantamento de situação, por exemplo, o que dá alguma despesa. Portanto, como não se quer gastar dinheiro nisso, estipulam-se os métodos indiciários, que normalmente funcionam muito mal e que promovem uma espécie de normativo sobre o que é que os pobres devem consumir.

De forma quase inquisitorial?

Muito forte, muito forte. O que leva a que algumas famílias não recorram a esses apoios, porque sabem que isso significa uma intrusão incrível e sabem que é mal vista uma pessoa que vive nessas condições. É um estigma que na nossa sociedade tem um grande acolhimento.

Estigma de que as crianças são vítimas especiais. Nomeadamente na escola?

Esse é um problema muito complicado. Porque, na verdade, cada vez mais aumenta o nível de exigência de consumos para as crianças que estão nas escolas. Os padrões de consumo dos que podem mais, agravados pelos mecanismos de compensação dos pais cada vez com menos tempo para os filhos, põem problemas graves às famílias que não podem, no vestuário, no calçado, nas mochilas. Esta nossa sociedade de consumo é uma sociedade implacável.

Dizia que o combate à pobreza é hoje muito emergencial?

A maior parte das medidas centra-se nos planos de emergência, muito visí-

veis. Perdeu-se um pouco a ideia de tentar atacar as causas da pobreza e a articulação entre os vários setores: para além da falta de rendimentos, a habitação é má, a saúde não é acompanhada devidamente. Cada uma destas necessidades é da responsabilidade de uma entidades diferente, sem nunca haver um olhar de conjunto sobre o problema da família carenciada. Precisava-mos de uma ação integrada porque os problemas estão todos interligados. Muitas vezes, por exemplo, as dificuldades na escola, resultam da criança não ter um espaço dela para estudar em casa. Isto tem de ser visto de forma integrada. Depois, as medidas, as que existem, são todas elas pensadas para a família. E nós temos territórios, bairros, que são muito marcados pela pobreza. E é preciso atuar à escala do território.

É preciso um olhar integrado e intervenção no território?

Exatamente. E nós até tínhamos isso. Houve os programas de luta contra a pobreza da União Europeia, em que Portugal participou, no segundo e no terceiro. Depois, isso morreu. Mas, entretanto, à escala nacional criaram-se programas de luta contra a pobreza, que também desapareceram, que era para serem substituídos, mas não foram. Aconteceu em Portugal, mas a Europa também esqueceu os seus pobres.

E assim não é possível combater a pobreza geracional?

Esse é o grande problema, a pobreza que se herda, geracional, que se replica. O grande desafio é reduzir essa pobreza, que tem muito que ver com as crianças, que nascem na pobreza e muito dificilmente saem dela. | **Lídia Pereira**